



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO 129/2025 – PL 91/ 2025

Parecer jurídico ao projeto ao PL 90 de 2025 que “Dispõe sobre a responsabilização de tutores por animais de grande porte em vias públicas no Município de Bom Jardim de Minas e dá outras providências”.

### CONSULTA

Após solicitação do presidente desta Casa quando à legalidade do PL 90 de 2025 de autoria do Executivo Municipal, vem a assessoria jurídica do legislativo emitir parecer jurídico.

### PARECER

Trata-se de matéria de iniciativa do Executivo Municipal que dispõe sobre a responsabilização de tutores de animais de grande porte que transitam ou permanecem soltos em vias públicas no Município de Bom Jardim de Minas e no Distrito do Taboão, estabelecendo condutas proibidas, penalidades, formas de fiscalização e destinação dos animais apreendidos.

A proposição está acompanhada de justificativa baseada no Código de Posturas Municipal (LC nº 22/2020), especialmente nos artigos 279 e 280, que expressamente exigem regulamentação específica sobre animais em áreas urbanas, devendo esta Lei regulamentar tais normas.

A matéria tratada no Projeto de Lei insere-se diretamente na competência municipal prevista no art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que confere ao Município a atribuição de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A regulamentação da permanência, circulação, apreensão e responsabilização de tutores de animais de grande porte em vias urbanas constitui tema estritamente ligado à segurança pública, organização urbana, defesa sanitária e ambiental, proteção dos munícipes e proteção do próprio animal, refletindo interesses imediatos da coletividade local. Por essa razão, a proposição encontra-se plenamente inserida no âmbito da competência legislativa municipal, sem qualquer conflito com normas superiores,



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

revelando-se legítima e necessária para a adequada disciplina do espaço urbano e do exercício do poder de polícia administrativa.

A iniciativa do Projeto de Lei revela-se formalmente adequada, uma vez que o art. 57, incisos III e IV, da Lei Orgânica Municipal, confere ao Prefeito tanto a prerrogativa de iniciar o processo legislativo quanto a competência para adotar medidas relacionadas à administração interna e à organização dos serviços públicos, o que abrange normas de poder de polícia administrativa, fiscalização, aplicação de multas e gestão de despesas decorrentes da guarda e apreensão de animais.

Ademais, o projeto encontra plena compatibilidade com o Código de Posturas Municipal (LC nº 22/2020), pois regulamenta diretamente os arts. 279 e 280, os quais determinam a necessidade de **lei específica** disciplinando a responsabilidade dos tutores, a apreensão de animais, os procedimentos fiscalizatórios, bem como a guarda, o resgate, a destinação e a proteção dos animais em áreas urbanas. Importa destacar que a expressão *lei específica* não pressupõe a exigência de lei complementar, mas apenas de norma própria e delimitada sobre determinado tema, razão pela qual a matéria pode — e deve — ser veiculada por **lei ordinária**, inexistindo na Lei Orgânica Municipal qualquer reserva expressa à forma de lei complementar para esse conteúdo. Trata-se, portanto, de regulamentação adequada, coerente e formalmente compatível com o sistema jurídico municipal.

Quanto às penalidades previstas, observa-se que o Município possui competência para instituir sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, desde que amparadas em lei, proporcionais e destinadas a fins públicos (CF, art. 37, caput), sendo plenamente válidas as multas propostas, bem como o recolhimento e a perda da guarda em casos de maus-tratos, com fundamento na Lei Federal nº 9.605/1998, no Decreto nº 24.645/1934 e no art. 225, §1º, VII, da Constituição Federal, que veda práticas de crueldade contra animais.

Por fim, a delegação ao Poder Executivo para regulamentar procedimentos de autuação, guarda, comprovação de propriedade e custos é legítima, pois a lei estabelece diretrizes gerais, ficando ao Decreto apenas a disciplina de aspectos operacionais, em conformidade com o art. 84, IV, da Constituição Federal, não havendo qualquer irregularidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, essa assessoria opina pela legalidade do PL em epígrafe, por estar em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a LC nº 22/2020, bem como por apresentar iniciativa regular do Chefe do Poder Executivo.

A matéria é adequada ao interesse público, contribui para a segurança urbana e proteção animal, e não afronta princípios administrativos.

Assim, conclui-se pela regular tramitação e aprovação.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 24 de novembro de 2025.

  
Dra. Ana Clara Cirilo de Paula

OAB/MG 173.104